

# INFÂNCIAS, CRIANÇA E MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIAS\*

Isabel Cristina de Jesus Brandão  
Ligia Maria Motta Lima Leão de Aquino

## Introdução

O presente trabalho tem por objetivo apresentar e analisar algumas questões que foram foco do Colóquio Temático Infâncias, Criança e Educação Infantil<sup>1</sup> (2022), recorrendo a trechos das palestras proferidas pelas professoras doutoras Anete Abramowicz, Zoia Prestes e Márcia Ramos, numa das mesas do evento<sup>2</sup>. Nas atividades se produziu um debate que refletiu o tenso contexto político social do Brasil, às vésperas do segundo turno das eleições presidenciais que daria continuidade ou não a um governo neofascista e, por conseguinte, neoliberal (Carnut, 2022).

É importante destacar que durante os quatro anos do governo Bolsonaro (2019 a 2022) as desigualdades sociais aprofundaram, o trabalho infantil e a violência contra as crianças recrudesceram e a miséria e a população que passa fome aumentaram. Junta-se a isso as perdas de diversos direitos trabalhistas que foram conquistados por lutas dos movimentos sociais no século XX. Esse quadro se agrava com a pandemia da Covid-19, desde quando atinge o território brasileiro, e apesar de todas as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e de orientações de especialistas em saúde pública brasileiros, o governo Bolsonaro agiu com total descaso com a vida do povo ao manifestar, via discurso e atos, negação da pandemia, ausência de políticas públicas para

---

\* DOI - 10.29388/978-65-6070-055-0-0-f.221-233

<sup>1</sup> Realizado durante o XIV Colóquio Nacional / VII Internacional do Museu Pedagógico da UESB. XII Seminário Nacional / II Internacional do Grupo de Estudos e Pesquisas HISTEDBR / UNICAMP, no período de 26 a 28 de outubro de 2022, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, em Vitória da Conquista. Disponível em: <http://www2.uesb.br/museupedagogico/wp-content/uploads/2022/03/CT-22-PROGRAMA%C3%87%C3%83O-1.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2022.

<sup>2</sup> Mesa Temática: Educação Infantil no movimento de resistência e enfrentamento das desigualdades realizada no dia 28 de outubro de 2022 como atividade do XIV Colóquio Nacional e VII Colóquio Internacional do Museu Pedagógico da UESB e XII Seminário Nacional e II Internacional do HISTEDBR/UNICAMP realizado entre 25 e 28 de outubro de 2022 na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, campus Vitória da Conquista-Ba.

o enfrentamento da crise sanitária, descumprimento das orientações de cientistas e profissionais da saúde sobre a necessidade de medidas de isolamento social, falta de políticas e auxílio financeiro para a população mais pobre, conflitos com ministros da saúde, com o Supremo Tribunal Federal, governadores e outros setores da gestão pública. O governo que se construiu e se manteve tinha como principais estratégias a elaboração e divulgação de um discurso do medo, ações próprias do neofascismo.

O discurso negacionista (da racionalidade, espírito crítico e das ciências) difundiu não só a negação da crise sanitária, mas também estabeleceu uma polêmica entre isolamento social e crise econômica, com o argumento de que “o Brasil não pode parar”, mote da campanha lançada ainda em março de 2020 (CNN, 2020). Além disso, um conjunto de mensagens falsas explorava a presença do vírus como suposta ação da China no intuito de “dominar o mundo”, atizando assim a guerra ideológica contra o comunismo. Com isso, convenceu a muitos do perigo das vacinas, que começaram então a ser aplicadas, divulgando que elas ameaçariam a saúde e mesmo a cognição das pessoas. Parte dos artifícios de captura do imaginário da população teve (e tem) as crianças e a família como centro das preocupações quanto à polarização “nós” e “os outros” (Carnut, 2022). Leite (2019, p. 133) traz uma afirmação presente na página digital “Jair Bolsonaro Presidente 2018”, que diz: “[...] um dos casos em que as pessoas têm mais medo é quando atacam sua prole [...]”, em particular quando se inscreve em aspectos da sexualidade e moralidade.

Na guerra ideológica valores pequeno-burgueses, religiosos e morais conservadores são exaltados, conforme alerta Anete Abramowicz em sua fala, abaixo transcrita.

Enraíza na micropolítica, divulga-se montanhas de mentiras. A lógica dessas mentiras é uma só. É espalhar o pânico e o medo. Medo do quê? Do comunismo, de que seus filhos e filhas sejam ensinadas no interior disso que chamam de “ideologia de gênero”, que vamos transformar as crianças em *gaysistas*. Além disso, contam a mentira de que o comunismo vai pegar a sua casa e dividir, que as igrejas serão fechadas, e não terá liberdade individual (Abramowicz, 2022).

As falsas notícias apontadas por Abramowicz fazem parte daquilo que estudiosos denominam de pânico moral (Leite, 2019) e têm se

articulado a estratégias próprias da ideologia fascista (Eco, 2016). No caso atual, alguns autores nomeiam de neofascismo por conta das suas especificidades, particularmente por se articular ao neoliberalismo em sua agenda econômica (Carnut, 2022). O neofascismo, com uma pauta ultraneoliberal (*idem*), tem representado na América Latina uma retirada de direitos sociais e trabalhistas duramente conquistados por décadas, levando a enorme fosso social. Se por um lado há uma grande massa vivendo na miséria; de outro, a concentração de riqueza cresceu exponencialmente, como é o caso brasileiro, conforme publicação da OXFAM Brasil (George, 2017, p. 21).

Entre os países para os quais existem dados disponíveis, o Brasil é o que mais concentra renda no 1% mais rico, sustentando o 3º pior índice de Gini na América Latina e Caribe (atrás somente da Colômbia e de Honduras). Segundo o último Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) o Brasil é o 10º país mais desigual do mundo, num ranking de mais de 140 países. Por aqui, a desigualdade é extrema.

Em relação às condições de vida da população com o agravamento por conta da crise sanitária, Ramos, Leite e Rezende (2020) fazem as seguintes ponderações:

A pandemia do novo coronavírus é o assunto internacional, mas pouco se fala e se combate a pandemia da fome, da pobreza, das desigualdades na América Latina. Todos os anos, milhares de crianças morrem por desnutrição crônica e diarreia (ROSENMANN, 2020). Em relatório de julho de 2020, a OXFAM propõe taxar riquezas para enfrentar a crise da covid-19 na América Latina e Caribe, pois desde o início do isolamento, oito novos bilionários surgiram na região. O documento aponta que “a pobreza, a extrema pobreza e a desigualdade aumentarão em todos os países”, pois estima-se que até 52 milhões de pessoas se tornarão pobres e 40 milhões perderão seus empregos no ano de 2020, enquanto novos bilionários surgem a cada duas semanas. Um retrocesso de 15 anos na história de luta contra a pobreza na América Latina, uma “nova crise, sobre as velhas desigualdades” (OXFAM, 2020) (Ramos; Leite; Rezende, 2020, p. 1308-1309).

Nesse contexto, as crianças foram as que mais sofreram com as perdas de familiares, o isolamento social, a ausência da escola, a violência doméstica, perda de condições socioeconômicas de vidas uma vez que muitos pais, mães e responsáveis perderam seus trabalhos durante a pandemia. Tais questões permearam os diversos trabalhos que foram apresentados durante o Colóquio Temático Infâncias, Criança e Educação Infantil e durante as mesas temáticas houve um aprofundamento das análises e discussões em torno do contexto político, social do Brasil e da situação das infâncias na América Latina.

## **Infâncias, crianças e movimentos de resistências**

Pensar as diferentes infâncias no contexto do Brasil e da América Latina requer pensar nas crianças camponesas, crianças em situação de rua, crianças dos movimentos sociais, crianças quilombolas e tantas outras que se encontram na invisibilidade das cidades. Nessa perspectiva, devemos pensar também nos direitos conquistados pelas crianças brasileiras a partir das lutas dos movimentos sociais, especialmente o movimento de mulheres no final dos anos 70 e durante os anos 80 do século XX, por meio do qual foi possível, por exemplo, inserir as crianças, desde o nascimento, como sujeito de direitos na Constituição Federal de 1988. No campo da educação talvez uma das maiores conquistas tenha sido o direito para as crianças de 0 a 6 anos, o que foi referendado pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional de 1996. As conquistas de cidadania para crianças e adolescentes expressas na Constituição foram reafirmadas no Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº 8.069/1990), o qual envolveu diversos setores da sociedade civil em sua elaboração e defesa. Vale lembrar que dentre esses setores se contou com o Movimento de Meninos e Meninas de Rua, trazendo as vozes e a força das crianças extremamente invisibilizadas na sociedade brasileira (Souza, 2013).

A condição de invisibilidade e vulnerabilidade da infância em contextos de crises se torna mais intensa. Com a pandemia da Covid-19 as desigualdades e mazelas que afetam a maioria da população mundial se intensificam e, conseqüentemente, as crianças são as mais drasticamente atingidas.

De acordo com a UNESCO, em abril de 2020, aproximadamente 20 milhões de crianças na educação pré-primária tinham sido afetadas pelo fechamento das escolas na América Latina e no Caribe. Destas, uma em cada quatro morava no Brasil ou no México.

Entre os diversos impactos negativos que a pandemia de COVID-19 teve sobre a população, um dos mais preocupantes é o aumento da vulnerabilidade das crianças na primeira infância. Calcula-se que esta tenha sido a faixa etária mais afetada pelo aprofundamento das desigualdades gerado pela crise, com a drástica redução ao acesso a serviços de cuidado e educação infantil, nutrição, vacinação e seguridade social (UNESCO, 2021)<sup>3</sup>.

O aumento das desigualdades socioeconômicas a partir da pandemia, de fato, não resulta simplesmente da crise sanitária, mas de um processo do próprio capitalismo em que já vinha se desenhando, com uma “[...] menor lucratividade do investimento em setores produtivos e de uma alteração no campo da especulação financeira.” (Carnut, 2022, p. 3). A crise se dá mundialmente e o capitalismo “[...] experimenta uma profunda depressão e tem dificuldades para superá-la. É nesse ponto que o neofascismo encontra terreno fértil para germinar.” (*idem, ibidem*). A crise sanitária brasileira, decretada em 20 de março de 2020, faz com que “Bolsonaro e seu núcleo neofascista [...] [identificassem] na Covid-19 a oportunidade de manter um estado de ‘crise permanente’ que justificasse o peso da ‘mão militar’ na condução do estado, especialmente, como forma de iludir o público mais despolitizado.” (Carnut, 2022, p. 7). As medidas adotadas vão justamente na contramão de soluções para o bem-estar da população no sentido de combater as desigualdades.

Para o enfrentamento desse contexto se exige mais do que mudar o governo, como alerta Zoia Prestes, em sua palestra: “É preciso romper com o projeto neoliberal da sociedade e consequentemente de educação”, complementa dando destaque para a pequena infância, afirmando “[...] que é preciso garantir a expansão da rede pública de educação infantil, principalmente na creche.” (Prestes, 2022). Para romper com o projeto neoliberal não basta ampliar vagas, o projeto educacional é fundamental.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.buenosaires.iiep.unesco.org/pt/portal/primeira-infancia-vida-das-criancas-antes-durante-e-depois-da-pandemia>. Acesso em: 05 mar. 2023.

Um projeto que se pautar nos princípios de cidadania, de direitos e de participação como sujeitos sociais e coletivos.

[...] combater as desigualdades ela é imprescindível, defender os direitos das crianças para que elas possam se desenvolver e vivenciar suas infâncias participando desde cedo da luta coletiva e aprendendo o seu valor, pois é nela que tomamos consciência da nossa humanidade. Então trazer as crianças para nossa luta, para que conheçam as nossas pautas e as suas também, principalmente, é fundamental para que a gente possa enfrentar os desafios os quais vão vir (Prestes, 2022).

A participação das crianças e seu direito à experiência de ação coletiva em diferentes formas de movimentos sociais têm sido tema de investigações no campo de estudos da infância (Gomes; Aquino, 2019; Ramos; Aquino, 2019).

Márcia Ramos, em sua palestra, levanta alguns questionamentos sobre a participação das crianças em sua dimensão política.

[...] Então como a gente pode pensar a participação? E aí se a gente vai olhar, por exemplo, vendo qual o olhar da criança com o projeto capitalista? Primeiro que nós temos uma dívida histórica com as crianças da América Latina, com as crianças indígenas, com as crianças quilombolas, com as crianças afro-latino-americanas. Pensando primeiro na região colonizada que vivenciou muitas ditaduras e agora vive o enfrentamento desse fascismo, do autoritarismo na região. Então como nós vamos pensar esse lugar dessas crianças que são violentadas cotidianamente, todos os dias? (Ramos, 2022).

O fascismo, ou neofascismo, também é apontado por Anete Abramowicz em sua apresentação e o relaciona à disputa das crianças, seus corpos e subjetividade. Uma disputa que aciona o pânico moral como estratégia fascista, como já mencionamos anteriormente.

O que nos interessa aqui nesse colóquio é que as crianças estão, não por acaso, no centro dessa disputa. Por quê? Porque não há território mais disputado do que o corpo e a subjetividade dela. Quando eles acionam criança, sem que obviamente elas sejam chamadas para o debate, é para transformá-las prisioneiras políticas. Do quê? Da educação domiciliar, da educação religiosa onde o medo e a vergonha do corpo estão no meio disso tudo. Prisioneiras

de um tipo de familiarismo, patriarcalismo, autoritarismo, falocentrismo, eurocentrismo, colonialismo e de um tipo de heteronormatividade [...] (Abramowicz, 2022).

Leite (2019, p. 128) chama a atenção para o fato de que “[...] o reacionarismo se articula com interesses econômicos e políticos.”, em seguida esclarece que “[...] o conservadorismo moral mobilizado tem relação estreita com um projeto político de Estado mínimo, de desmonte [...] da educação pública em todos os seus níveis, [...] de perda [...] de direitos sociais [...]”. O enfraquecimento do Estado na esfera de políticas de direitos políticos e sociais está associado à ideia do restituir poder à família sobre as crianças, daí a centralidade da criança nos discursos disseminados pelos neofascistas. E encontra-se em Leite (*idem.*, p. 133) a informação de que, período anterior à eleição presidencial que elegeu Bolsonaro (2019-2022), “das cinco informações falsas – as denominadas *fake news* – mais difundidas através de redes sociais em favor do presidente eleito, duas se remetiam às crianças”, sendo relacionadas a gênero e sexualidade na perspectiva do pânico moral.

Diante desse cenário, tem sido necessária a formulação de estratégias de enfrentamento diário na desconstrução do discurso e práticas do medo difundidas pelo neofascismo, e corporificados no governo bolsonarista. Lembrar o que sinalizou Zoia Prestes sobre o fato de que não basta mudar o governo, o neoliberalismo e a ideologia neofascista estão presentes em nossa sociedade e seu funcionamento. Há necessidade de promover ações de resistência de forma coletiva e democrática, sendo que a educação é um campo de especial disputa ideológica, como afirma Leite (2019, p. 122), “[...] a escola e as políticas de educação têm sido *locus* permanente de conflito entre ideários.”. Essa disputa se dá desde a educação infantil, questão abordada por Anete Abramowicz (2022) quando destaca o papel das docentes nessa etapa educacional.

Nossa luta como professoras de educação infantil na realidade é uma luta por libertar as crianças dessas estruturas, que são estruturas sociais que as afetam, que as aprisionam, capturam e que produzem suas subjetividades. Não é uma tarefa simples, sabe por quê? Pois nós também estamos aprisionadas nessas redes que estruturam nossa subjetividade cujo modelo conhecemos. Modelos

que se arrolam como universais, mas, não há como transvergir. Universal é uma construção, não há universais. Que modelo é esse? Nós sabemos: ele é branco, cristão, heterossexual, capitalista, economizante, patriarcal, [...] A criança que faz parte desse modelo [...]. É um modelo que não cabe as crianças negras, as indígenas, as crianças dissidentes.

Nessa perspectiva, é importante destacar que vem se ampliando as discussões e pesquisas que visam compreender as infâncias por meio de estudos decoloniais. Segundo Sharmila Rama (2021, p. 13):

As excelentes contribuições acadêmicas devem também ser vistas a partir do contexto de crescente conscientização global, debate, oportunidade, politização, polarização e desconforto ao se conversar, escrever, pensar, falar, escutar e se engajar com ideias sobre, entre outras coisas, gênero, raça e racismo, etnicidade, orientação sexual, pobreza e desigualdade, marginalização, pertencimento, cidadania, direitos humanos, compaixão, cuidado, justiça social, violência ou exploração.

E esse provavelmente é um caminho viável para darmos visibilidades às questões das vivências das diferentes infâncias.

Mia Couto, ao escrever sobre o processo educacional de crianças e jovens de Moçambique, enfatiza que:

A minha mensagem é simples: mais do que uma geração tecnicamente capaz, nós precisamos de uma geração capaz de questionar, capaz de repensar o país e o mundo. Mais do que gente preparada para dar respostas, precisamos de capacidade para fazer perguntas. Moçambique não precisa apenas caminhar. Precisa de descobrir o seu próprio caminho num tempo enevoado e num mundo sem rumo. A bússola dos outros não serve, o mapa dos outros não ajuda. Precisamos de inventar os nossos próprios pontos cardeais. Interessa-nos um passado que não esteja carregado de preconceitos, interessa-nos um futuro que não nos venha desenhado como uma receita financeira (Couto, 2011, p. 44).

E nessa direção, acreditamos que a escola, desde a educação infantil, tem um papel fundamental de proporcionar às crianças uma educação que as reconheça como sujeitos construtores de culturas, e auxiliem no desenvolvimento de um pensamento crítico, que problematizem e questionem a sociedade em que vivem. Para isso, é



preciso ver as nossas crianças em seu tempo histórico, no presente e, conseqüentemente, romper com a ideia, tão enraizada nas práticas pedagógica da educação infantil, de um “sujeito do futuro”. Considerar também que as crianças da educação infantil têm demandas e interesses próprios de sua condição geracional. Assim, compreender a importância da estruturação nas instituições de educação infantil de um espaço físico que possibilite às crianças brincarem e interagirem no mundo, com o mundo e seus pares.

Além disso, é importante investir na valorização da docência, o que se faz através de plano de carreira e formação – prévia e continuada, em ambiente democrático. Uma formação de professores comprometida com a luta por melhorias das condições de vida da classe trabalhadora, por ampliação de direitos; uma formação de sujeitos críticos que compreendam e se engajem em promover uma educação das crianças e jovens críticos, sujeitos históricos conscientes do seu papel na sociedade e que rompam com as barreiras impostas pelo neoliberalismo e todas as formas de fascismo. Essa escola se constitui como um espaço de resistência e enfrentamento da classe trabalhadora. Mas quais ações implementar? Que currículo construir? Quais pautas debater? São respostas a serem produzidas na *práxis* – na prática refletida. E lembrar que a educação não transforma o mundo, mas muda as pessoas e estas transformam o mundo, como esclarece Freire (2001) em seu livro *Pedagogia do Oprimido*.

Ainda segundo o pensamento freiriano, vale dizer que a escola e a educação se produzem no mundo e os sujeitos de sua comunidade são sujeitos do mundo. Dessa forma, a educação em sua dimensão política melhor se dá, em sua forma de resistência, quando se articula a movimentos sociais. A experiência do Movimento Sem Terra (MST) se destaca como uma maneira de resistir ao neofascismo e ao neoliberalismo, mesmo em tempos pandêmicos, particularmente durante os períodos de isolamento social. No que se refere às crianças, foram criadas formas de atendimento às crianças, promovendo a sua participação em diferentes atividades como, por exemplo, na produção de alimentos em casa e circulação de informações e materiais produzidos pelas próprias crianças.

Para mitigar os riscos de contágio, o MST tem proposto uma “quarentena produtiva” “em casa, mas não em silêncio”, com o objetivo de produzir alimentos saudáveis para serem compartilhados com a

população urbana durante a pandemia. Nesse momento em que o risco de fome e de miséria é tão grande quanto o do vírus, a proposição de um plano de emergência para a agricultura familiar e camponesa se faz urgente, fortalecendo a luta pela reforma agrária no país, e a agricultura familiar e camponesa, responsável por 70% da produção de alimento no Brasil. Portanto, as crianças Sem Terrinha têm vivenciado, com suas famílias, as atividades de casa, da produção agrícola, do cuidado com os bichos, bem como acompanhado as aulas remotas, onde é possível (Ramos; Leite; Rezende, 2020, p. 1319).

Nas atividades desenvolvidas com as crianças há um processo de formação e construção de uma consciência ambiental na qual se estabelece uma relação de respeito do ser humano com parte do meio ambiente. Também se promoveu ações com desenhos, programas de rádios, entre outras (Ramos; Leite; Rezende, 2020).

Assim como o MST, destaca-se ainda as resistências das crianças no Movimento por Moradia, nos Movimentos das Favelas, nos Movimentos Feministas, no Movimento Negro e das crianças quilombolas nos enfrentamentos diários por melhores condições de vida, na afirmação da sua história, especialmente, da sua religiosidade. Particularmente em relação à resistência das crianças quilombolas, há o estudo de Souza (2020), que evidencia essas questões e apresenta contribuições sobre o movimento de resistência.

É importante ressaltar também a necessidade de enfrentamento das questões geradas nos dois primeiros anos de pandemia e que continuam afetando a todos, de alguma forma. Mesmo com as vacinas e maior compreensão do funcionamento da Covid-19, há sequelas físicas e mentais, psíquicas, mudanças no convívio social e formas de trabalho, impactos na dinâmica do ensino presencial e o uso de tecnologias remotas, e tantos outros.

## **Considerações**

As reflexões aqui apresentadas apontam para algumas questões que foram foco de debates durante o Colóquio Temático Infâncias, Criança e Educação Infantil, que envolvem a vida das crianças e que demandam cada vez mais uma mobilização para a garantia dos direitos

conquistados e expressos no Estatuto da Criança e Adolescente, bem como a elaboração de políticas públicas que proporcionem proteção e segurança para as crianças que estão nos grupos de maior vulnerabilidade social.

Evidencia-se a necessidade de participação das crianças nos movimentos sociais como sujeitos históricos produtores de cultura, com voz e que muito têm a nos dizer sobre suas realidades, sonhos, desejos etc.

É preciso avançar nos estudos e pesquisas sobre os contextos pandêmicos e como as diferentes infâncias foram e estão sendo impactadas, considerando os marcadores de classe, raça, gênero, território e outros

## Referências

CARNUT, L. “O que o burguês faz lamentando... o fascista faz sorrindo”: neofascismo, capital internacional, burguesia associada e o Sistema Único de Saúde. **CIVITAS – Revista de Ciências Sociais**, Volume único-Fluxo contínuo, p. 1-11, jan./dez. 2022. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/41512/27739>. Acesso em: 26 ago. 2023.

CNN. Governo lança campanha “Brasil Não Pode Parar” contra medidas de isolamento. **CNN Brasil**, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/governo-lanca-campanha-brasil-nao-pode-parar-contra-medidas-de-isolamento/>. Acesso em: 27 ago. 2023.

COUTO, M. **E se Obama fosse africano?:** ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ECO, U. O fascismo eterno. *In*: ECO, U. **14 lições para identificar o neofascismo e o fascismo eterno.** : Ópera Mundi, 2016. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/43281/umberto-eco-14-licoes-para-identificar-o-neofascismo-e-o-fascismo-eterno>. Acesso em: 25 ago. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GEORGE, Rafael. OXFAM BRASIL. A distância que nos une. Um retrato das desigualdades brasileiras. **OXFAM BRASIL**, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/>. Acesso em: 30 jul. 2019.

GOMES, L. O.; AQUINO, L. L. de. Crianças e infância na interface da socialização. Questões para a educação infantil. **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, n. 50, e14092, jul./set. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/14092/7780>. Acesso em: 30 jul. 2019.

LEITE, V. “Em defesa das crianças e da família”: refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, n. 32, p. 119-142, ago. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/Cc68BmV888KZbTkjwjr495M/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 mar. 2021.

RAMA, S. Prefácio. *In*: RABELLO, L. de C. (org.). **Infâncias do sul global: experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2021, p. 13-15.

RAMOS, M. M.; AQUINO, L. L. de A. As crianças sem terrinha e as mobilizações infantis no Brasil. **Práxis & Saber – Revista de Investigación y Pedagogía**, Colômbia, v. 10, n. 23, p. 157-176, maio/ago. 2019.

RAMOS, M. M.; LEITE, V. de J.; REZENDE, J. R. As crianças sem terrinha e o enfrentamento à pandemia de covid-19: como brincar, sorrir e lutar nesse contexto? **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 1281-1304, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/77437>. Acesso em: 13 ago. 2023.

SOUZA, M. L. A. de. (In)visíveis? Crianças quilombolas e a necropolítica da infância no Brasil. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, Santa Catarina, v.

22, n. Especial, p. 1281-1304, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/78163>. Acesso em: 13 ago. 2023.

SOUZA, T. de J. O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e a Conquista dos Direitos: o marco do Movimento Social em prol da garantia dos direitos da criança e do adolescente no Brasil. *In: III SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS*. 2013, Belo Horizonte. **Anais** [...] Belo Horizonte: CRESS-MG, 2013.

UNESCO. Primeira infância: a vida das crianças antes, durante e depois da pandemia. **BUENOS AIRES UNESCO**, 06 ago. 2021. Disponível em: <https://www.buenosaires.iiep.unesco.org/pt/portal/primeira-infancia-vida-das-criancas-antes-durante-e-depois-da-pandemia>. Acesso em: 05 mar. 2023.